

Episódio 8: Sismar sobre incentivos fiscais para reforçar os edifícios com Ricardo Monteiro

[Separador musical]

Mónica Amaral Ferreira (MAF): Olá, bem-vindos ao Sismar, o podcast da Sociedade Portuguesa de Engenharia Sísmica, e hoje vamos sismar sobre incentivos fiscais e o certificado sísmico.

(música)

MAF: Eu sou a Mónica Amaral Ferreira.

Alexandra Carvalho (AC): Eu sou a Alexandra Carvalho.

MAF: Hoje temos connosco o Ricardo Monteiro.

AC: O Ricardo é professor associado de estruturas em Pavia, Itália, e investigador externo na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. O seu maior interesse de investigação é a avaliação do risco sísmico de estruturas existentes. Bem-vindo, Ricardo. Obrigado por teres aceitado esta conversa aqui em Portugal.

Ricardo Monteiro (RM): Olá, muito obrigado eu pelo convite.

AC: Ora bem, Portugal tem um risco sísmico moderado. Comparado com a Itália então, podemos dizer que é moderado. Mas, e já falámos aqui no sismar sobre o que é o perigo e o que é o risco sísmico, portanto, está localizado numa zona que pode sofrer sismos de magnitude moderada e elevada. Tem uma grande densidade populacional, em determinados locais, e tem um parque habitacional que é bastante vulnerável, porque a maior parte dos edifícios não tem construção resistente aos sismos. Parece-me, portanto, que é essencial o reforço sísmico das nossas habitações, que é onde nós vivemos. Portanto, a nossa segurança está em causa e é evidente que nós deveríamos estar despertos para essa necessidade. Não estamos, mas também sai caro com certeza fazer este reforço. Ou pelo menos, sai das nossas bolsas e há alguma dificuldade em interiorizarmos gastar dinheiro nesse reforço. O governo, aqui, tem de facto um papel fundamental. Porque é quem pode, com políticas, pode promover políticas, que contribuam para esse reforço. E pode apoiar os cidadãos. Sabemos que, em Itália, isso está a ser feito com um incentivo fiscal, que é chamado Sisma Bonus, não é?

RM: exatamente.

AC: Pronto. E então, gostávamos bastante que nos falasses um bocadinho do que é este Sisma Bonus e como é que isto funciona em Itália.

RM: Sim. Deixa-me só fazer primeiro um comentário à primeira parte da tua afirmação. Que é, porque é uma questão de percepção. E é importante para a sociedade, quando nós dizemos que o risco em Portugal é ligeiramente mais moderado do que noutros países, como Itália, ou Turquia, ou até a Grécia. para não falar da Califórnia e outros contextos, outras localizações, que conhecemos bem. Vocês de certeza que já falaram nestes podcasts que o risco tem perigosidade, exposição e fragilidade. E às vezes, as pessoas podem pensar que, como temos sismos menos recorrentes ou com uma intensidade menos elevada, para usar palavras simples, do que noutros

podem pensar que, como temos sismos menos recorrentes ou com uma intensidade menos elevada, para usar palavras simples, do que noutros países, podemos estar um bocadinho menos em risco. Mas não é necessariamente assim. Lembremo-nos que às vezes estamos, até, mais em risco, precisamente por aquilo que disseste, e bem. Que as nossas construções não estão preparadas, e não há uma campanha ativa, proactiva, de reforço das estruturas. E então se passarmos para esse aspecto, que estavas a dizer, do Sisma Bonus, tem um nome muito engraçado, não é. Quer mesmo já dizer que há ali um bónus, se a pessoa tomar uma atitude ou tomar uma decisão positiva e correta, em relação ao seu edifício. É prever, precisamente, que o governo contribui. Atualmente, contribui em parte. Porque este programa já começou em 2017, em Itália.

MAF: Ele surge precisamente por a Itália, recorrentemente, ter tido infelizmente grandes perdas, a nível do edificado, pessoas..

RM: É um bocadinho o lado dos males que vêm por bem. O facto de haver tantos eventos.

AC: Sim, eles já estão sensibilizados para o tema, claro que sim.

RM: Estamos a falar de 1997, 2003, 2009, 2012, 2016... Só para falar assim naqueles com consequências massivas. E portanto, começou em 2017. Nessa altura, o que o governo fazia é que dava uma contribuição, que correspondia à totalidade do investimento que cada proprietário fazia no seu edifício, para melhorar a classe de performance de risco sísmico, pelo menos em dois níveis...

MAF: Então, só para se perceber um bocadinho melhor, isto é como as casas estarem classificadas como se fosse a classificação energética, A, B, C, D.

RM: Há mais. Até ao G.

MAF: Exatamente. Portanto, imagina, eu vivo numa casa de classe D. Já é má, para os sismos...

RM: ..Exatamente.

MAF: ...Se eu fizer alguma obra de reforço, se eu tornar um bocadinho menos vulnerável..

RM: ...Que passe até B, pelo menos. Nessa altura, já teria uma restituição total do meu custo de reforço, nas declarações de rendimentos sucessivas ao ano em que foi realizado o reforço.

MAF: E como é que nós arranjam os esse financiamento? Tenho que ser eu proprietário... Quer dizer, se for ao nível do condomínio. Se for todo o prédio, não é? Uma pessoa só, não pode reforçar apenas o apartamento. Só se for a nível do condomínio..

RM: Exatamente.

MAF: Eu faço um pedido de empréstimo ao banco ou ...?

RM: Houve diferentes fases. Inicialmente, o apoio do Estado, até para promover a medida, foi tal que, uma empresa que ia realizar as intervenções de reforço, e que estava de acordo com o condomínio, neste caso tinha feito um acordo com o condomínio, declarava a despesa diretamente ao estado. E o estado fazia o pagamento da despesa. E portanto, o proprietário nem tinha que adiantar, fazer um adiantamento do investimento.

MAF: Mas isso, implica que que a empresa tenha capacidade financeira.

MAF: Mas isso, implica que que a empresa tenha capacidade financeira.

AC: Já saiba que receberia esse incentivo.

MAF: Mas antes, tem que avançar.

RM: Sim, e implica também que haja uma capacidade expressiva de empresas, um número expressivo de empresas, que sejam capazes de fazer este tipo de trabalhos, e de aceitar este tipo de trabalhos. E portanto, isso teve as suas consequências. levou a uma saturação, também, do trabalho destas empresas. Houve depois muitos proprietários que tentaram encetar este caminho, e melhorar os seus edifícios, e já não conseguiam encontrar uma empresa com disponibilidade.

AC: Já não havia mão-de-obra, era isso?

RM: Claro. E depois, o Estado também acabou por saturar um bocadinho, a sua capacidade de apoio por este suporte, por este apoio financeiro. lá está, por ser precisamente tão importante.

AC: Mas então, resultou.

RM: Resultou. Teve uma distribuição não homogénea, pelo país. Houve zonas do país onde foi mais expressiva, esta adesão a este financiamento, a este apoio. Mais no norte, para ser mais específico, em relação ao Sul.

MAF: Porque também tem mais capacidade financeira. Mas, também o problema está pior no sul, não é? Há mais risco no Sul. Portanto, estamos a reforçar o que não precisamos.

RM: Temos algumas suspeitas. Algumas razões pelas quais julgamos que isto aconteça. Há mais capacidade, poder económico, no norte e portanto as pessoas têm também mais capacidade para se moverem, e as empresas igualmente. Há mais, provavelmente, literacia também. Portanto, há mais sensibilidade da sociedade a nível cultural e a nível de formação superior, académica, escolar. Em perceber a importância e a necessidade de fazer estas coisas, de preocupar-se com o seu edifício. E sim, também há mais mão de obra. Portanto, isso está relacionado com a capacidade de resposta da indústria no Norte, em relação à capacidade de resposta da indústria no Sul.

AC: Então, mas estavas a dizer que isso foi um incentivo Inicial.

RM: Sim. Foi-se ajustando. E neste momento, o programa ainda está ativo. Já não é 100% de financiamento, é 70% neste momento. Portanto, continua a ser uma ajuda, digamos, bastante corpulenta e bastante interessante. É claro que também há muito do lado da sociedade. A sociedade em Itália se calhar aderiu também bem, a esta iniciativa. Porque é uma sociedade martirizada por estes eventos e portanto a memória está ali sempre presente.

AC: Portanto, houve aqui uma grande colaboração entre os cidadãos, o estado e o privado.

RM: Exatamente, e isso é fundamental. Se nós queremos que as pessoas, efetivamente, comecem a tomar consciência, e às vezes mesmo para convencer os agentes políticos, tem que ser a sociedade também a começar, as populações, os proprietários privados. Temos que arranjar estas medidas, na minha opinião, que vão até mexer no bolso, nas economias das pessoas, portanto, ajudam-nas a poupar. E haver um benefício imediato, porque nós temos sempre dificuldade com o longo prazo, temos uma visão um bocadinho a curto prazo. É o que acontece com a eficiência energética, as pessoas normalmente estão mais dispostas a aceitar uma intervenção de melhoria de

temos sempre dificuldade com o longo prazo, temos uma visão um bocadinho a curto prazo. É o que acontece com a eficiência energética, as pessoas normalmente estão mais dispostas a aceitar uma intervenção de melhoria de eficiência energética porque todos os anos há um inverno, que aperta com as temperaturas, as pessoas têm frio.

MAF: Então, voltando, foi criada uma certificação sísmica, porque as pessoas têm que saber qual é a classe de risco do seu edifício.

RM: Exatamente. Esta abordagem, Sisma Bonus, precisamente, o resultado é uma tabela, que tem uma classe de A até G, para cada edifício, que é baseada em dois parâmetros, duas variáveis de risco, de análise de risco sísmico. Que parecem muito complicadas, mas foram ali simplificadas, para permitir aos projetistas aplicarem com alguma facilidade, e com os conhecimentos que têm. Portanto, quem quiser, pode submeter o seu edifício a uma análise destas, que está bem explicada num documento explicativo. Não é não é um código regulamentado, mas tem o seu valor legal. E portanto, qualquer projetista pode fazer esta análise, e dizer ao proprietário, a sua casa tem este nível de risco sísmico. Faço-vos ainda um outro exemplo. Em Itália em 2023 foi introduzida, pela primeira vez, a obrigatoriedade de ter cobertura de seguro para o fenómeno de risco sísmico, e (vou usar a palavra inglesa) esta *Framework* de classificação de risco sísmico também está a ser utilizada, como instrumento que suporta este mecanismo.

AC: Tu achas que esta classificação dos edifícios mexe com o mercado? Sei lá, tu de repente ficas a saber que o teu edifício tem uma classe D, que não fazias ideia, e por acaso até estás a pensar vender a casa, um destes dias. Isso não pode condicionar um bocadinho, também?

RM: Mexe muito com o mercado das novas construções, um bocadinho menos com as existentes. Lembremo-nos que Itália tem uma repartição muito, não quero dizer desequilibrada, mas a proporção de construção existente, histórico e cultural, portanto, as pessoas que vivem em edifícios com muitos, muitos, anos é muito alta em relação às novas construções, as novas construções estão todas nas periferias. Não há nada, de edifícios novos a serem construídos. As regras arquitectónicas e urbanas são muito rígidas.

MAF: Mas as novas construções já estão de acordo com os regulamentos atuais. Portanto, já são classe A, não é?

AC: Há fiscalização?

RM: Há, e as imobiliárias jogam muito com isso. Há o termo, que nós até nem gostamos muito, nós engenheiros e do mundo da academia, que é o anti-sísmico, mas eles usam muito esse termo, este apartamento já tem classificação tal, porque respeita todos os critérios anti-sísmicos, etc. Mas nós não gostamos, porque passa um bocadinho a ideia que há uma espécie de antídoto para os efeitos que o sismo pode causar.

MAF: Mas aqui (Portugal) não mexe nada no mercado. E eu acho que as imobiliárias deviam ter, tal como no Japão, em que nós vemos o simbolozinho de quantos quartos é que tem, se tem vista, e também tem que tipo de reforço é, e qual é a classe de vulnerabilidade, de risco. Portanto, porque não aplicar aqui, não é?

AC: Claro, valorizam uma casa. E faz todo o sentido que comece a ter essa exigência.

RM: Há um impacto. Há. Não é, ainda, aquele Impacto que eu acho que pode vir a ter. Porque isto é uma é uma medida relativamente recente. Eu disse 2017, mas de qualquer maneira estamos a falar ainda de menos de 10 anos. Portanto, 10 anos, quando se trata de implementar este tipo de medidas e fazer mudanças na sociedade ou na indústria da construção, da engenharia

2017, mas de qualquer maneira estamos a falar ainda de menos de 10 anos. Portanto, 10 anos, quando se trata de implementar este tipo de medidas e fazer mudanças na sociedade, ou na indústria da construção, da engenharia civil, deste tipo, é pouco tempo. Portanto, é preciso ainda mais tempo, para consolidar, e poder realmente tirar os frutos, obter os frutos desta implementação. E há outro aspecto ainda, que eu acrescentaria. Há uma outra medida, que o governo tomou, para incentivar ainda mais o lado sísmico. É que, e eu acho sempre isto curioso, apesar de Itália ter toda esta memória recorrente e ter estes eventos, ainda assim, as pessoas, ou muitas pessoas, se queixam do facto de não se fazer o suficiente, em relação ao reforços dos edifícios. É sempre curioso ver como há contextos, como o nosso, onde ainda se faz muito menos. Mas lá, ainda assim, o governo, para também para ajudar nisto, conjugou as intervenções, os reforços para eficiência energética, com os reforços para reforço sísmico. E portanto, nesses casos, a quem fizesse as duas, os dois tipos de reforço, tinha uma retribuição em que via devolvido 110% do valor que tinha gasto!

AC: Eu percebo que, em Itália, os decisores políticos estejam sensibilizados para o tema, uma vez que eles são cidadãos como todos nós, e portanto, experimentaram na pele os efeitos dum sismo, e portanto sim, estão bastante sensibilizados para a urgência em tomarem políticas que permitam promover o reforço e etc. Nós aqui em Portugal, temos tentado, já ao longo de várias décadas, acho eu, chegar até eles. Explicar-lhes que nós somos um país com perigo sísmico, e com risco sísmico moderado, e que, de facto, era urgente reabilitar, reforçar as nossas habitações. Mas de facto é complicado. Este processo, em Itália, foi com certeza mais simples. Mas, mesmo assim, teve que haver bastante comunicação, entre a comunidade científica e técnica e a comunidade política. Como é que foi este processo? A pergunta é mais, o que é que nós portugueses podemos fazer mais, para de facto conseguirmos implementar, seja o que for?

MAF: Pedir à mãe natureza que a terra trema ?

(risos)

RM: Já tivemos situações dessas, em que os nossos políticos esperavam que chovesse, para resolver o problema da seca.

(risos)

RM: Não vamos entrar por aí. Ora bem, o que se pode fazer mais em Portugal? É uma pergunta um bocadinho difícil. Eu acho que a primeira medida pode ser olhar para os bons exemplos e tentar seguir os bons exemplos. Se há um país que tem mais experiência do que nós, e já passou por muitas destas situações, e teve que tomar medidas, tenha sido por contingência, tenha sido porque tomou a iniciativa, e se quis preparar, a tempo, eu tentaria aprender o mais possível com isso. E portanto, neste caso, a experiência que eu tenho, e que eu conheço, é do caso italiano, que tem uma vantagem, que é muito grande, que é a Proteção Civil. O sistema de Proteção Civil italiano está ligado diretamente ao poder político, ao seu mais alto nível. E portanto, há uma comunicação direta, seja a nível de financiamento, seja a nível de decretos lei, etc., entre o primeiro ministro - nem sequer é o secretário de estado de qualquer coisa, ou o ministério, é o primeiro ministro - o presidente do conselho de ministros (acho que em Portugal não há bem esta distinção, mas é como se fosse o presidente do grupo parlamentar, uma coisa assim) e o diretor da Proteção Civil. Que, como a Alexandra estava a dizer, são as pessoas que estão no terreno, realmente percebem quais são as necessidades mais específicas. Portanto, isso ajuda muito. A Proteção Civil, por sua vez, está constantemente em cima, passo a expressão, da população. Portanto, está nas escolas todos os meses, ou todos os semestres, se quiserem, está nas universidades, está nas feiras de ciência, nas exposições, há muitos centros de investigação. Por exemplo, aquele a que estou ligado, tem uma mesa sísmica móvel que vai pelo país, e

todos os semestres, se quiserem, esta nas universidades, esta nas feiras de ciência, nas exposições, há muitos centros de investigação. Por exemplo, aquele a que estou ligado, tem uma mesa sísmica móvel que vai pelo país, e faz eventos, em que simula um terramoto e as pessoas podem subir para a mesa sísmica e sentir o terramoto. Crianças, adolescentes. E eu acho que a percepção é extremamente importante. Porque, e já ouviram isto noutros podcasts também, a sociedade somos todos. E portanto, se nós queremos que os políticos façam alguma coisa, nós também temos que fazer. E portanto, se a população estiver muito bem indicada, e bem consciente daquilo que é necessário ser feito... Nós estamos a ver hoje em dia, não é? A quantidade de manifestações que há, das classes profissionais... As pessoas, quando sentem mesmo a necessidade...

MAF: ... Até por causa das alterações climáticas. Acho que qualquer dia também vou para a rua com uma bandeirinha, por causa dos sismos.

(risos)

RM: Passa muito por aí. E eu não tenho muito bem a noção da Proteção Civil em Portugal, mas se calhar, há mais iniciativas que se podiam tentar fazer nessa direção. Mesmo em termos de colaboração da Proteção Civil, com as Universidades, e com os centros de investigação.

MAF: Em geral são as Universidades. Eu vou às escolas. Mas lá está, tem a ver também com a própria pessoa, porque nem todos, às vezes, têm disponibilidade.

AC: Sim. Não é uma prioridade dedicarem algum tempo para irem às escolas, etc. Pois.

MAF: Mas que deveria ser.

RM: De resto, adotar estes esquemas de financiamento e de apoio, com benefícios fiscais, faz todo o sentido. E estamos numa boa altura para começar a preparar isso. Nós ainda não temos. Felizmente, também não temos nenhuma situação de emergência para gerir. Nós não sabemos quando é que pode ser, portanto, quanto mais cedo nos ativarmos, e lá está, aprendermos da experiência positiva dos outros, mais vamos mitigar. Acho que há a aprender por aí.

MAF: Acho que sim, é um bom investimento.

AC: Tens mais alguma coisa a dizer, que aches importante?

RM: Eu acho que a mensagem principal é esta. Vamos aprender com estes exemplos, vamos aproveitar o conhecimento. Eu acho que Portugal tem uma imagem e tem um poder de ciência e de conhecimento muito forte. Nós somos muito bons. É preciso vencer um bocadinho esta inércia, em termos de aplicação e de dar um passo. E aplicar aquilo que nós sabemos, para realmente fazer o bem das populações.

MAF: E é preciso também comunicar ciência.

AC: Também.

MAF: Com os investigadores.

RM: Que é um contributo que estou aqui a ver a acontecer!

(risos)

AC: Acho que chegamos ao fim deste episódio. Obrigada Ricardo, mais uma vez.

RM: Foi um gosto.

vez.

RM: Foi um gosto.

AC: Foi um gosto nosso, também. E já sabe, pode nos encontrar no LinkedIn, no Facebook, no site da spes spessismica.pt, no Instagram. E mandem-nos um e-mail, se tiverem alguma sugestão, alguma resposta que queiram ver, alguma pergunta que queiram fazer, ou simplesmente algum comentário, digam se gostam de nos ouvir. Para o sismar.spes@gmail.com.

MAF: Já sabem, mantenham-se alertas e preparados. Obrigada Ricardo.

RM: Obrigado.

[Separador musical]